ISSN: 2358-8829

MEIO AMBIENTE E DESIGUALDADE SOCIOAMBIENTAL *EM QUARTO DE DESPEJO*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Francisca Luana Rolim Abrantes [1]
Ana Clara Xavier de Oliveira [2]
Lavinia Cristiny dos Santos Castro [3]

Introdução

Historicamente, as questões ambientais ocuparam espaços secundários nos debates sociais e políticos, sobretudo quando relacionadas às condições de vida das populações socialmente vulnerabilizadas. Entretanto, nas últimas décadas, a discussão sobre meio ambiente tem se ampliado para além da preservação dos recursos naturais, incorporando questões relacionadas às desigualdades sociais, à distribuição dos riscos ambientais e ao direito de diferentes grupos sociais a condições dignas de existência.

Nesse contexto, a literatura pode assumir um papel significativo na construção de uma consciência crítica acerca das relações entre sociedade, espaço e natureza, uma vez que possibilita representar experiências sociais frequentemente invisibilizadas e problematizar as estruturas que produzem e perpetuam diferentes formas de desigualdade. Nessa perspectiva, a literatura também se constitui como um importante espaço de denúncia das injustiças socioambientais, especialmente quando dá visibilidade às experiências de sujeitos historicamente marginalizados.

A desigualdade socioambiental pode ser compreendida, nesse sentido, a partir da distribuição desigual tanto dos benefícios quanto dos riscos ambientais entre diferentes grupos sociais. Assim, enquanto determinadas parcelas da sociedade dispõem de melhores condições de moradia, infraestrutura e acesso a serviços essenciais, outras são

[1] Doutora em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Professora substituta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-IFPB/ Campus- Santa Rita; E-mail: luanarolimabrantes@gmail.com.
[2] Aluna do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-IFPB, Campus-Santa Rita. E-mail: Xavier.clara@academico.ifpb.edu.br.
[3] Aluna do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-IFPB, Campus-Santa Rita. E-mail: lavinia.cristiny@academico.ifpb.edu.br.

submetidas a situações de precariedade, como ausência de saneamento básico, insalubridade, degradação do espaço e exposição ampliada a diferentes riscos ambientais. Essa realidade mostra que os impactos ambientais não atingem a população de maneira homogênea, mas são atravessados por fatores econômicos, sociais, espaciais e raciais.

É nesse horizonte que se insere *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, de Carolina Maria de Jesus, publicada em 1960. Por meio de registros autobiográficos e diarísticos, a obra retrata a experiência de uma mulher negra, mãe solo e moradora da favela do Canindé, em São Paulo, que encontrava no trabalho como catadora de papel uma das principais formas de subsistência. Em seus relatos, ela aborda situações marcadas pela fome, pela pobreza, pela precariedade habitacional e pelas dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos moradores da favela. Ao transformar suas vivências em matéria literária, a autora constrói uma narrativa que ultrapassa a dimensão individual e evidencia problemas sociais mais amplos, relacionados à marginalização e às desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira.

A escrita de Carolina Maria de Jesus assume uma dimensão de resistência e denúncia, ao conferir visibilidade a sujeitos e experiências frequentemente excluídos dos espaços de representação e legitimidade social. Marcada pela força testemunhal, sua narrativa aproxima o leitor de uma realidade atravessada pela fome, pela exclusão e pela precariedade, favorecendo uma reflexão crítica sobre os mecanismos que perpetuam a marginalização. Por essa razão, a autora ocupa um lugar de destaque na literatura brasileira, especialmente na literatura negra, ao afirmar uma voz autoral que questiona o silenciamento de sujeitos periféricos e expõe as contradições sociais de seu tempo.

Diante disso, este artigo analisa a relação entre o meio ambiente e a desigualdade socioambiental em *Quarto de Despejo*, a partir de uma leitura crítico-interpretativista. Para orientar a investigação, foram formulados os seguintes questionamentos: a) Como a perspectiva ambiental é retratada na narrativa? b) De que forma as condições ambientais impactam o cotidiano dos personagens? c) De que maneira a desigualdade social contribui para a incidência do racismo ambiental? A fundamentação teórica apoia-se nas contribuições de Dalcastagnè (2026), Meirelles (2020), Machado (2024), Rodrigues (2024), entre outros.

ISSN: 2358-8829

A representação do meio ambiente e das desigualdade socioambiental em *Quarto de despejo*

Narrada em primeira pessoa, a obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus retrata, por meio de registros autobiográficos, o cotidiano da autora na favela do Canindé, em São Paulo. Além de denunciar a fome e a precariedade das condições de vida, a obra evidencia a desigualdade no acesso à moradia, ao saneamento básico e à infraestrutura urbana.

Nesse cenário, a degradação ambiental está diretamente relacionada à marginalização dos moradores da favela, que convivem com resíduos, insalubridade e ausência de serviços públicos adequados. Essa realidade é sintetizada na comparação que a protagonista estabelece entre a cidade e uma casa organizada hierarquicamente: "(...) eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visitas. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos" (Jesus, 2020, p. 36).

Essa representação do espaço urbano dialoga com Meirelles (2020), para quem a configuração espacial é condicionada pelas relações sociais e pelos interesses das diferentes classes. Nessa perspectiva, a experiência de Carolina Maria de Jesus mostra que a injustiça ambiental se manifesta tanto na precariedade das condições de vida quanto no acesso desigual aos serviços públicos e à infraestrutura urbana.

A metáfora do "quintal onde jogam os lixos" denuncia a marginalização da favela na organização socioespacial da cidade. Assim, ao expor as desigualdades e a degradação ambiental no Canindé, a personagem transforma a escrita em instrumento de denúncia e resistência, dando visibilidade a sujeitos historicamente marginalizados.

Ao aproximar simbolicamente os moradores dos materiais descartados, a narradora retrata um processo de desvalorização que atinge simultaneamente o território e os indivíduos que nele vivem. A favela aparece como um espaço destinado a receber aquilo que a cidade rejeita, o que permite interpretar a degradação ambiental como parte de uma estrutura mais ampla de exclusão social e territorial.

Em sintonia com Meirelles, Machado (2024) aprofunda a discussão ao abordar o racismo ambiental, entendido como a distribuição desigual dos danos ambientais e do acesso a condições ambientais dignas, que afeta desproporcionalmente grupos racializados e socialmente vulnerabilizados. Na obra, essa problemática manifesta-se na realidade da favela do Canindé, marcada pela precariedade habitacional, pela

insalubridade e pela ausência de serviços básicos. A narrativa evidencia, assim, como a exclusão socioespacial e a degradação ambiental se articulam às desigualdades sociais e raciais, submetendo determinados grupos a condições de vida precárias.

Em sintonia com essas pensadoras, Regina Dalcastagnè (2026) afirma que o espaço urbano é um território de contradições, no qual as possibilidades de realização pessoal coexistem com mecanismos de exclusão que comprometem a vida de determinados grupos. Como afirma a estudiosa, "Se, por um lado, a cidade é lugar que abriga sonhos, por outro, devora vidas" (Dalcastagnè, 2026, p. 23).

Tal reflexão permite-nos permite compreender que a cidade não oferece as mesmas possibilidades a todos os seus habitantes. Para alguns grupos, representa acesso a oportunidades, serviços e melhores condições de vida; para outros, constitui um espaço em que a precariedade e a falta de recursos limitam as possibilidades de realização. Em *Quarto de Despejo*, essa contradição manifesta-se na distância entre os espaços valorizados da cidade e a realidade da favela, onde a ausência de infraestrutura compromete a segurança e o bem-estar dos moradores.

A segregação socioespacial, portanto, não se resume à separação física entre diferentes áreas urbanas. Ela também se manifesta na distribuição desigual das condições necessárias para viver com dignidade. Ao dar visibilidade à experiência dos moradores do Canindé, o sujeito feminino destaca que a exclusão territorial condiciona o acesso aos recursos urbanos e contribui para a manutenção de situações de vulnerabilidade social e ambiental.

Nesse sentido, a relação entre espaço urbano e desigualdade socioambiental torna-se ainda mais evidente quando Carolina descreve as condições de sua moradia. A narrativa retrata como a fragilidade das habitações e a ausência de infraestrutura adequada transformam fenômenos naturais em ameaças à segurança dos moradores: "(...) Está chovendo. Fiquei quase louca com as goteiras nas camas, porque o telhado é coberto com papelões e os papelões já apodreceram. As águas estão aumentando e invadindo os quintais dos favelados" (Jesus, 2020, p. 139).

A descrição das goteiras configura como a vulnerabilidade ambiental se inscreve na materialidade da vida quotidiana. A referência às camas, aos papelões apodrecidos e à água que invade os quintais constrói uma imagem concreta da precariedade habitacional, mostrando que os moradores não dispõem de condições adequadas para se proteger dos

efeitos da chuva. A expressão “fiquei quase louca” acrescenta à descrição material uma dimensão subjetiva, destacando o sofrimento provocado pela repetição dessas situações. Além disso, a chuva, embora constitua um fenômeno natural, adquire um significado particular no contexto da favela. Os seus efeitos são agravados pela fragilidade das construções e pela insuficiência da infraestrutura urbana, expondo os moradores a condições que comprometem a segurança e o bem-estar. Assim, o risco ambiental não decorre exclusivamente do fenômeno natural, mas também das condições sociais e materiais que determinam a capacidade de prevenção e proteção.

Essa situação pode ser relacionada à reflexão de Dalcastagnè (2026) sobre as contradições do espaço urbano. Enquanto determinados habitantes encontram na cidade possibilidades de realização, outros enfrentam condições que comprometem a própria sobrevivência. Dessa forma, a experiência de Carolina demonstra que o acesso à habitação adequada constitui um elemento fundamental da justiça socioambiental, uma vez que a proteção diante dos fenômenos naturais depende, em grande medida, das condições de moradia e da infraestrutura disponível.

A precariedade habitacional também apresenta as limitações impostas pela desigualdade econômica. Para os moradores que não dispõem de recursos suficientes para mudar de residência ou melhorar as construções, a permanência em áreas vulneráveis pode resultar de restrições materiais que reduzem as possibilidades de escolha. Desse modo, a exposição aos riscos ambientais não deve ser interpretada como resultado de uma decisão exclusivamente individual, mas como consequência de condições sociais que limitam o acesso a alternativas habitacionais seguras. Essa perspectiva aproxima-se da reflexão de Dalcastagnè sobre a mobilidade e a segregação urbana:

> “[...] para se ter uma ideia mais abrangente do espaço urbano, é preciso olhá-lo também pelo ângulo daqueles que estão impedidos de se mover, muito embora observem, ‘impotentes a única localidade que habitam movendo-se sob seus pés’. As cidades, então, bem mais que espaços de aglutinação, são territórios de segregação” (Dalcastagnè, 2026, p. 59).

As palavras da autora permitem compreender que a mobilidade não depende apenas da existência de meios físicos de deslocamento, mas também das condições materiais que possibilitam aos indivíduos transformar as suas vidas. No caso da personagem e dos demais moradores do Canindé, a pobreza restringe o acesso a outras

áreas da cidade e limita as possibilidades de encontrar habitações mais seguras e condições de vida mais favoráveis.

A imobilidade, nesse contexto, possui uma dimensão econômica e territorial. A impossibilidade de abandonar um espaço marcado pela precariedade contribui para a continuidade da exposição aos riscos ambientais e para a reprodução das desigualdades. A experiência narrada por Carolina mostra, portanto, que a segregação urbana não se limita à localização da favela, mas envolve as restrições que impedem os seus moradores de aceder a condições adequadas de habitação, segurança e bem-estar.

Além disso, a vulnerabilidade ambiental retratada na obra em estudo também se manifesta na insuficiência dos serviços de saneamento básico e no contato com ambientes contaminados. A ausência de condições sanitárias adequadas compromete a saúde dos moradores e evidencia a distribuição desigual dos serviços essenciais. Na narrativa, a protagonista registra a preocupação com a qualidade da água e com os riscos associados à sua utilização: “O Serviço de Saúde do Estado disse que a água da lagoa transmite as doenças do caramujo. Vieram nos revelar o que ignorávamos. Mas não soluciona a deficiência da água” (Jesus, 2020, p. 77).

A passagem apresenta uma oposição significativa entre a identificação do perigo e a ausência de uma solução concreta. A população é informada sobre os riscos associados à água da lagoa, mas continua sem dispor de condições adequadas para responder ao problema. A expressão “Mas não soluciona a deficiência da água” retrata a distância entre o reconhecimento institucional de uma situação de risco e a garantia efetiva de um recurso essencial à vida.

A crítica não se dirige apenas à existência de água contaminada, mas também à insuficiência das medidas destinadas a proteger a população. A informação sobre os perigos pode contribuir para a consciencialização dos moradores, mas não elimina a exposição quando não existem alternativas seguras de abastecimento. Dessa forma, a obra destaca que a responsabilidade pela prevenção não pode ser atribuída exclusivamente aos indivíduos quando estes não dispõem dos meios materiais necessários para evitar os riscos.

A situação descrita pela personagem permite compreender que o acesso à água segura e ao saneamento básico constitui uma dimensão fundamental da justiça socioambiental. Quando determinados grupos permanecem expostos a ambientes

contaminados e não dispõem de serviços essenciais, a desigualdade manifesta-se tanto nas condições ambientais como nas possibilidades de proteção da saúde.

Ao longo da obra, a degradação ambiental integra o quotidiano dos moradores, comprometendo o acesso à água segura, à salubridade e à habitação adequada. Esses problemas não constituem ocorrências isoladas, mas manifestações de uma organização social que distribui desigualmente os recursos e as condições de proteção. A precariedade ambiental surge, assim, associada à desigualdade econômica e territorial, que limita o acesso de determinados grupos aos benefícios da urbanização.

Nesse sentido, Rodrigues (2024) destaca a importância da distribuição equitativa da proteção ambiental como condição para a garantia de direitos. Quando o Estado não assegura condições adequadas a todos os grupos sociais, a desigualdade também se manifesta no ambiente, expondo determinadas populações a riscos que poderiam ser reduzidos por meio de políticas públicas efetivas.

A relação entre saneamento, saúde e habitação demonstra que a proteção ambiental não pode ser dissociada das condições sociais de existência. A falta de infraestrutura compromete diferentes dimensões da vida, incluindo a alimentação, o trabalho, a saúde e as perspectivas de futuro. Quando essas condições persistem ao longo do tempo, contribuem para a reprodução de estruturas de exclusão e aprofundam a injustiça socioambiental.

Assim, a narrativa permite, portanto, compreender que a desigualdade ambiental não se limita à presença de resíduos ou à degradação dos espaços. Ela envolve também a distribuição desigual dos meios necessários para evitar a contaminação, enfrentar os riscos e assegurar condições dignas de vida. A ausência de saneamento e de abastecimento adequado destaca a relação entre vulnerabilidade ambiental, insuficiência dos serviços públicos e negação de direitos fundamentais.

Outro aspecto central da obra é a relação entre degradação ambiental e sobrevivência. Como catadora de papel, Carolina depende dos materiais descartados para sustentar a família, atribuindo aos resíduos um duplo significado: representam a poluição e o abandono da favela, mas também constituem uma fonte de renda diante da escassez de oportunidades econômicas.

Essa contradição é expressa na afirmação: “Cato papel. Estou provando como vivo!” (Jesus, 2020, p. 20). Esse trecho evidencia a precariedade do trabalho da narradora e a necessidade de transformar o descarte em meio de subsistência. Além da instabilidade

financeira, a atividade pode expô-la a ambientes insalubres e materiais contaminados, aproximando a exclusão econômica da vulnerabilidade ambiental.

Assim, a narrativa enfatiza que a desigualdade socioambiental não se manifesta apenas nas condições de moradia, mas também nas formas de trabalho e sobrevivência. Os resíduos, ao mesmo tempo que representam um problema ambiental, tornam-se recursos indispensáveis para quem dispõe de poucas alternativas de renda. Ao retratar essa realidade, a personagem dá visibilidade a grupos marginalizados e evidencia as desigualdades no acesso ao trabalho, aos recursos e a condições dignas de vida.

A denúncia das condições de vida na favela do Canindé está também associada à crítica de Carolina à atuação das instituições públicas. Ao retratar a pobreza, a fome e a precariedade urbana, a autora mostra a distância entre os discursos institucionais de proteção social e as necessidades concretas da população marginalizada. Essa crítica manifesta-se no questionamento à eficácia do serviço social: “Isto não pode ser real num país fértil igual ao meu. Revoltei contra o tal serviço social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais” (Jesus, 2020, p. 43).

Ao questionar como a pobreza pode coexistir com a abundância de recursos, Carolina denuncia uma estrutura social em que as possibilidades de produção de riqueza não se traduzem necessariamente em melhores condições de vida para todos. A crítica ao serviço social evidencia, por sua vez, a insuficiência das instituições que deveriam responder às necessidades da população vulnerabilizada.

A expressão “não toma conhecimento da existência infausta dos marginais” revela a percepção de abandono institucional. A narradora questiona uma atuação pública que, embora formalmente orientada para a assistência, não responde de maneira efetiva às condições concretas de exclusão. Essa contradição contribui para entender a permanência da precariedade habitacional, da falta de saneamento e da insuficiência dos serviços essenciais.

Desse modo, a crítica de Carolina estende-se à exploração política das carências sociais. Em seu diário, a personagem demonstra como a pobreza e as dificuldades enfrentadas pelos moradores da favela são utilizadas como instrumentos de persuasão, sobretudo durante os períodos eleitorais. As promessas de melhoria das condições de vida alimentam as expectativas de uma população que enfrenta diariamente a fome, a precariedade habitacional e a falta de acesso a serviços básicos. Contudo, o afastamento

dos representantes políticos após as eleições revela a distância entre o discurso e a concretização das medidas anunciadas. Essa percepção é expressa no seguinte trecho:

> "Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade" (Jesus, 2020, p. 42).

Ao denunciar o caráter oportunista das promessas eleitorais, o sujeito feminino destaca a utilização da vulnerabilidade social como instrumento de obtenção de apoio político. A expressão "Depois divorcia-se do povo" constitui uma metáfora que representa a ruptura entre os representantes eleitos e a população que lhes concedeu o voto. A imagem do divórcio sugere o abandono de um compromisso que deveria orientar a atuação política e a garantia dos direitos dos cidadãos.

A crítica ultrapassa, assim, a insatisfação com o comportamento individual dos políticos. Ela revela a continuidade de uma estrutura social em que as necessidades dos grupos marginalizados são reconhecidas no discurso, mas permanecem insuficientemente atendidas na prática. Para os moradores do Canindé, essa distância entre promessa e ação tem consequências concretas, pois a ausência de políticas eficazes contribui para a manutenção das condições precárias de habitação, saneamento e acesso aos serviços essenciais.

Desse modo, *Quarto de Despejo* revela que a desigualdade socioambiental não resulta de situações isoladas, mas está enraizada nas estruturas sociais e políticas que determinam o acesso desigual à infraestrutura, aos serviços públicos e às condições dignas de vida. Ao retratar o cotidiano da favela, Carolina expõe como a degradação ambiental e a vulnerabilidade dos moradores são expressões da exclusão socioespacial, que aprofunda as desigualdades e compromete o exercício pleno da cidadania. Assim, a discussão sobre a justiça socioambiental torna-se fundamental para compreender a relação entre desigualdade social, direito à cidade e garantia dos direitos fundamentais, apontando para a necessidade de espaços urbanos mais justos e inclusivos.

ISSN: 2358-8829

Considerações finais

A análise de *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, permitiu compreender que a dimensão ambiental ocupa um lugar central na narrativa, uma vez que a descrição da favela do Canindé mostra a precariedade habitacional, a falta de saneamento básico e o acúmulo de resíduos, revelando as condições desiguais em que vivem as populações socialmente marginalizadas.

A perspectiva ambiental é retratada a partir das experiências cotidianas da narradora, que expõe as condições de moradia e a degradação do espaço em que vive. O ambiente, portanto, não constitui apenas o cenário dos acontecimentos, mas também evidencia as desigualdades sociais e a negligência do poder público. Essas condições afetam diretamente o cotidiano dos moradores, agravando a vulnerabilidade econômica e comprometendo o acesso a condições dignas de vida. A chuva, a precariedade da moradia e o acúmulo de resíduos, por exemplo, interferem tanto na sobrevivência da família de Carolina quanto no seu trabalho como catadora de papel. Nesse contexto, o lixo assume um caráter contraditório: representa a degradação e o abandono, mas também constitui uma fonte de renda e subsistência.

A análise mostra, ainda, que a desigualdade social contribui para a incidência do racismo ambiental ao expor grupos historicamente marginalizados, especialmente pessoas negras e pobres, a condições ambientais precárias e ao acesso insuficiente à infraestrutura e aos serviços básicos. A oposição entre a favela e as áreas mais estruturadas de São Paulo, presente no diário de Carolina, retrata a distribuição desigual dos recursos urbanos e das condições de vida. Dessa forma, a obra permite refletir sobre como a exclusão social e a insuficiência de políticas públicas contribuem para a manutenção das injustiças socioambientais.

Enfim, *Quarto de Despejo* ultrapassa o caráter de relato autobiográfico e constitui uma importante forma de denúncia das desigualdades que atravessam as relações entre sociedade e meio ambiente. Embora retrate a realidade da década de 1950, a obra permanece relevante para compreender problemas que persistem no Brasil, como a precariedade habitacional, a falta de saneamento e a distribuição desigual dos riscos ambientais. A escrita de Carolina confere visibilidade às experiências de uma população historicamente marginalizada e suscita uma reflexão crítica sobre o racismo ambiental, mostrando a importância de políticas públicas comprometidas com a promoção da justiça

socioambiental, a redução das desigualdades e a garantia de condições dignas de vida para toda a população.

Referências:

DALCASTAGNÈ, Regina. *Uma História da Literatura Brasileira Contemporânea.* 1. ed. São Paulo: Todavia, 2026.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo:* diário de uma favelada. 1 ed. São Paulo: Ática, 2020.

MACHADO, Maria Clara. Racismo ambiental e enfrentamento do caos a partir de uma leitura de Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega. *Iberic@l*, n. 26, 2024. Disponível em: https://journals.openedition.org/iberical/4100. Acesso em: 25 de junho de 2026.

MEIRELLES, Kelen Gurgel. *Para além do Quarto de Despejo:* injustiça ambiental, literatura e resistência na obra de Carolina Maria de Jesus. Dissertação (Mestrado) – Volta Redonda, 2020. Fonte: https://sites.unifoa.edu.br/portal_ensino/mestrado/mecsma/arquivos/2020/kelen-gurgel.pdf. Acessado em 01 de agosto de 2026.

RODRIGUES, Júlia Fernandes. Racismo ambiental: uma abordagem interseccional das questões de raça e meio ambiente. *Revista Em Favor de Igualdade Racial*, v. 7, n. 1, p. 150–161, 2024. Fonte: https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6873. Acessado em: 28/07/2026.